

caso, não se pode limitar a crítica ao *Livro do Génesis*, o preferido dos iconoclastas da velha teoria das fontes. O Autor puxa também, e abundantemente, do *Êxodo*. Julgo sensatas estas observações finais de um dos estudos: «Talvez a discussão corrente tenha feito ressaltar com mais clareza os limites – anteriormente também sabidos ou ao menos intuídos – da divisão das fontes. Esta não é capaz de tornar compreensível o aparecimento do todo do Pentateuco. Mas as observações exegéticas fundamentais que deram origem à divisão das fontes – entre outras, duplicados, contradições, mudanças do nome de Deus – ainda não se explicam de outro modo melhor» (p. 114).

De interesse histórico geral é a «Crítica da realeza» (pp. 171-192) dos profetas de Israel. Outros estudos interessarão porventura mais a cultores da Teologia: «Propostas iniciais (Ansätze) para a compreensão do Antigo Testamento» (pp. 34-57); «Criação pela palavra no Antigo Testamento. Um caminho de Gn 2 para Gn 1» (pp. 61-79); «A unidade da pregação de Isaías. Tentativa de vista de conjunto» (pp. 141-153); «A fraqueza do Messias. Sobre a história da tradição das profecias messiânicas do Antigo Testamento» (pp. 154-170); «A 'certeza fundamental' profética» (pp. 193-213); «A justificação do ímpio na mensagem dos profetas» (pp. 214-225); «Pentateuco e profecia. Esboço sobre a diferença e unidade de teologia do Antigo Testamento» (pp. 226-240).

«Lista de primeiras publicações» (pp. 241-242), «Bibliografia de Werner H. Schmidt» (pp. 243-250) e «Lugares bíblicos seleccionados» (pp. 251-254) encerram convenientemente o volume.

José Nunes Carreira

HERBERT DONNER, *Geschichte des Volkes Israel und seiner Nachbarn in Grundzügen* (ATD Ergänzungsreihe 4/1.2), 2 vols., Göttingen 2^o1995; ISBN 3- 525-51679-7 / 3-525-51680-0

«Dez anos na ciência do Antigo Testamento, como em qualquer ciência, são um tempo dilatado. Abrem-se novas fontes, vêm a lume coisas até aí desconhecidas, altera-se a ordenação e interpretação do conhecido sob a influência de novos métodos e maneiras de ver, surgem novas hipóteses e teorias... Cresce sobretudo e continuamente a bibliografia para o conjunto e para as questões de pormenor e deveria, na medida do possível e razoável, ser considerada ou ao menos mencionada.»

Assim justifica o Autor (prefácio, p. 9) a segunda edição de uma das várias histórias recentes de Israel que concorrem no mercado, prometendo ter em conta correcções e observações feitas em recensões críticas da primeira edição (1984, 1986, num só volume 1987). Alterações ponderadas e moderadas, já que o A. não teve «intenção de escrever uma «nova História de Israel». Não há, pois, alteração da concepção e apresentação da história de Israel, uma tarefa difícil a partir do título, pois o «povo de Israel» é de certo modo «postulado» «a que em tempo algum da antiguidade correspondeu uma realidade política ou étnica, mesmo no tempo de David e Salomão» (M. Weippert, «Geschichte Israels am Scheideweg», artigo recensão da primeira edição da O. em apreço, *ThR* 58, 1993, 87, todo o artigo 71-103).

Nem havia razão para alterar a concepção global de uma Obra tão bem conseguida, apoiada num conhecimento exaustivo do texto bíblico e nas fontes extra-bíblicas disponíveis. Das carências que se lhe apontavam (história factual e não de «longa duração», pouca consideração da Arqueologia como fonte, e da Geografia como elemento fundamental da história), o A. apenas corrigiu a Arqueologia, que na pré-história de Israel passou de duas a quatro páginas (32-35). Mantém a «história factual», não só por não haver espaço para integrar história cultural, história social, história económica e história da religião, como por estes afloramentos estarem inclinados a preencher lacunas de conhecimento com teoria e porque «a afirmação 'sem factos não há história' é verdadeira e mantém a sua razão de ser (sein Recht), como quer que se veja o assunto » (p. 34).

A verdade é que a história factual não funciona para a pré-história de Israel (patriarcas, saída do Egipto, Sinai e entrada em Canaã), onde o nosso conhecimento é «escasso e inseguro, lacunoso e não de confiança» (p. 131), sendo imprescindível a «teoria», melhor dizendo «os modelos», para a compreensão da «Landnahme». É que «difícilmente hoje se precisa mais de fundamentar exaustivamente» que a tomada de Canaã como «acção conjunta das doze tribos de Israel» (*Livro de Josué*) «é historicamente inaproveitável» (pp. 136-137). O próprio texto mostra que na origem estavam tradições locais, a maior parte delas (Jos 2-9) sem passar os limites da pequena tribo de Benjamim. Se dúvidas houvesse, bastaria atender ao «inventário negativo» (A. Alt) das cidades cananeias e filisteias onde os Israelitas não entraram (Jz 1,19.21.27-35). Por isso, a investigação veterotestamentária recorreu a modelos sociológicos de compreensão. Nenhum dos modelos principais satisfaz. O modelo da migração de várias ondas de nómadas (proposto desde a segunda metade do século XIX) tenta recuperar a «conquista» (em alguns casos) da apresentação

bíblica, argumentando com «archaeological evidence». Dando tradução «literal» ao anglicismo, diríamos que é tudo menos evidente que as destruições dos séc. XIII-XII foram obra de seminómadas sem armas à altura. O modelo da penetração lenta e pacífica em resultado da transumância (A. Alt, M. Noth) peca por transferir para o segundo milénio a. C. uma prática pastoril não atestada nas fontes. O modelo da revolta do campo, em que se inserem os *hapiru*, é igualmente problemática, tanto supondo que Moisés acendeu o facho da revolta dos marginais a partir da Transjordânia como fazendo tábua rasa das tradições nomádicas, que não podem ter sido simplesmente inventadas. A instalação de «Israel» em Canaã foi sobretudo um fenómeno interno, em que populações errantes se sedentizam. Nova na segunda edição é esta apresentação: «Depois dos resultados dos trabalhos etno-sociológicos das duas últimas décadas e das concepções teóricas formadas a partir deles, tem de se dizer adeus à ideia de que a chamada tomada israelita da terra se processou regional, temporal ou populacionalmente de modo unitário.» E aqui entra a história de «longa duração» que não se julgava muito aproveitável: «Nómadas prevalentemente criadores de gado, mas também dados à agricultura, de diversa índole e origem passaram a forma de vida sedentária nas proximidades das suas pastagens, *num processo de longa duração* («in einem länger andauernden Prozess», p. 147, sublinhado meu). Datar o processo é «impossível», «porque se trata de um processo gradual de todos os grupos nele participantes e que exige um tempo longo (eine längere Zeit)». O termo é a formação do Estado (c. 1000 a. C.); restam os séculos XII-XI, talvez com inícios em fins do séc. XIII a. C. (p. 149). Os patriarcas, «por muito hipotéticas que sejam as considerações», não são de colocar muito antes disso (p. 95). Compreende-se que o primeiro enquadramento da história de Israel sejam «povos e estados do Antigo Oriente na última metade do 2º milénio a. C.» (pp. 35-51). Nem de outro modo se compreende o sentimento de proximidade entre patriarcas e arameus, espelhada sobretudo nas tradições de Jacob. Novidade da segunda edição é retirar peso ao argumento do «deus do pai» para determinar o modo de vida (nómada) e a antiguidade dos patriarcas. O «deus do pai», não específico de nómadas em transumância, é simplesmente um dos três níveis de religião dos sedentários – de família, de tribo e de Estado. O deus do pai é do primeiro tipo, que existe em todas as épocas da história. E «por detrás das promessas (aos patriarcas) não está de modo algum o deus do pai, mas já sempre Javé. (...) Se é verdade que Israel se desenvolveu no solo palestinese a partir do cananeísmo e se é correcto que os patriarcas foram qualquer coisa como eminentes

israelitas de antanho («Urisraeliten»), então pode admitir-se que eles participaram do 'pluralismo religioso interno' da religião cananeia e postulada israelita primitiva» (p. 93).

Nada de novo na rejeição da hipótese da anfictionia israelita, durante trinta anos (1930-60) quase arvorada em tese (mas não pelo seu autor). O número das tribos «ist, genau genommen, ein Theorieprodukt» (p. 78). É pena não se aguentar uma hipótese tão brilhante e útil para explicar duzentos anos (c. 1200-1000 a. C.) sem «factos» historicamente atestados. Mas não há outra saída senão rejeitar a hipótese. Negar a liga sacral e postular com o A. uma liga política de tribos vizinhas, parece despir o Pedro para vestir o Paulo. Mas não é, porque a hipótese tem muito a seu favor (pp. 77-80).

Só estranho a falta de crítica a outra brilhante construção teórica de A. Alt – a teoria da realeza carismática de Israel (Norte e Centro da Palestina) *versus* realeza dinástica em Judá. Depois dos trabalhos de G. Buccellati, T. Ishida e outros (entre os quais incluo o meu contributo modesto), esperava que a «realeza carismática» tivesse os dias mais ou menos contados. Mas ela afirma-se genericamente «zumindest in der Theorie» (p. 203) e aduz-se como explicação para a subida ao trono de Saul (pp. 202-203, aqui talvez com alguma razão, não fora o seu reinado o de um «juiz vitalício», na feliz expressão de Alt), Jeroboão I (pp. 261-264) e Jeú (pp. 305-306). Escapou por junto uma pequena nota sobre o «mal-estar com a hipótese de Alt» (p. 264 n. 12). Mas como manter a teoria se em vinte reis de Israel só de quatro (Saul, Basa, Jeroboão I e Jeú) se narra a designação e aclamação, os elementos fundamentais da realeza carismática; se, em termos cronológicos, cerca de setenta anos de realeza «carismática» se opõem a duzentos noventa e oito de realeza dinástica no reino de Israel? As excepções à regra da sucessão dinástica compreendem-se: impossível no inaugurador Saul e no restaurador Jeroboão, denegada com atentado e assassinato régio nos dois outros casos, facto ou propaganda ideológica dos historiadores de Israel, a designação era ao menos conveniente como factor de legitimação, de que precisavam todos os quatro. Ninguém nos garante que (todas) as designações são históricas e não reflexões teológico-políticas posteriores. O que o A. admite expressamente numa das mais solenes designações, a de Jeroboão I: «Das kann natürlich ein Widerschein der späteren Überzeugung sein...» (p. 267).

Tudo somado, é uma história a recomendar vivamente, sobretudo em faculdades de Teologia (para faculdades de Letras atrevia-me a sugerir uma história de Israel com mais aligeirado tratamento dos textos bíblicos).

José Nunes Carreira